


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA
Processo nº: **0005505-69.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 07/03/14 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

ARI APARECIDO SANTANA propõe ação de conhecimento contra **CLARO SA**, postulando indenização por danos morais advindos da sua negativação em órgão restritivo por dívida relativa aos serviços de um modem portátil para acesso à internet que nunca funcionou e em relação aos quais o autor firmou acordo extrajudicial com a ré, no Procon, convencionando-se a rescisão contratual sem ônus para o consumidor.

Tutela antecipada foi concedida para a exclusão provisória da restrição (fls. 21), cumprida pelo órgão restritivo (fls. 37). O réu, citado, contestou (fls. 30/33) alegando que cumpriu o contratado e que o consumidor deve adimplir suas dívidas, postulando a improcedência pois agiu em exercício regular de direito.

O autor replicou (fls. 39/40).

As partes foram instadas a especificar provas (fls. 41) e postularam o julgamento antecipado (fls. 42, 44), determinando o juízo produção de prova *ex officio* (fls. 45), que veio aos autos (fls. 50, 52/53). As partes foram intimadas a manifestar-se mas silenciaram.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é procedente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

As partes convencionaram, no Procon, a extinção do contrato sem ônus para o autor (fls. 16). Todavia, apesar do acordo extrajudicial, a ré promoveu a negativação (fls. 10, 50). Induvidoso que a restrição é ilícita.

Quanto à ocorrência dos danos morais, a negativação no SCPC (fls. 50) promovida pela ré perdurou entre 22/03/13 (inclusão) e 23/04/2013 (exclusão por conta da tutela antecipada), ou seja, por um mês.

O autor, como vemos às fls. 50 e 52/53 teve/tem outras negativações.

Todavia, à época desta restrição discutida nos autos, em 22/03/13, não estava negativado. Estava sem negativação desde 03/09/12, data em que foi levantada a inscrição relativa a uma dívida perante a CEF. E depois da exclusão desta restrição discutida nos autos por força da tutela antecipada, exclusão que ocorreu em 23/04/13, somente voltou a ser negativado a partir de 06/06/13 (Banco IBI, fls. 50; Bradescard, fls. 52/53, e outras que se sucederam).

Tais fatores afastam a incidência da Súm. 385, do STJ, pois as dívidas preexistentes já haviam sido quitadas e o autor não estava negativado na data da inscrição indevida.

Extraí-se então a ocorrência dos danos morais decorrentes do abalo ao crédito, o que ofende a honra objetiva.

A respeito do valor da indenização, deve-se ponderar, em detrimento da ré, que a negativação somente foi levantada por intervenção judicial, e, principalmente, a manifesta incúria, desorganização extrema de sua parte, ao negativar consumidor perante quem comprometeu-se, extrajudicialmente, em acordo formalizado no Procon, a cancelar contrato e dívidas.

Por outro lado, também não podem ser ignoradas as diversas pendências financeiras do autor – ainda que em períodos distintos da discutida nesta demanda -, bem como o curto período em que permaneceu negativado pela dívida em discussão.

Atento a tais circunstâncias, com base em critérios de proporcionalidade e razoabilidade, arbitro a indenização em R\$ 1.000,00.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

DISPOSITIVOAnte o exposto, **julgo procedente** a ação e:a) **CONFIRMO A LIMINAR** de exclusão da inscrição;

b) **CONDENO** a ré a pagar ao autor R\$ 1.000,00, com atualização monetária desde hoje pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês desde a negativação em 22/03/13;

c) **CONDENO** a ré em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00.

P.R.I.

São Carlos, 07 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**